

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.469.062 - SP
(2019/0074569-4)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
REQUERENTE : SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADOS : RUBENS JOSE NOVAKOSKI F VELLOZA E OUTRO(S) -
SP110862
LEONARDO AUGUSTO ANDRADE - SP220925
REQUERIDO : MUNICÍPIO DE AMERICANA
PROCURADORE : PATRÍCIA CRISTINA PIGATTO - SP158975
S
RENATA LUCARELLI KAPPKE E OUTRO(S) - SP198561

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil**, desafiando decisão denegatória de admissibilidade a recurso especial, este interposto com base no art. 105, III, *a e c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fl. 234):

Agravo de instrumento. Execução Fiscal. ISS do exercício de 2010. Decisão que deferiu a substituição da penhora por seguro garantia e autorizou o levantamento dos valores depositados. Alegação do ente municipal de que houve inobservância do contraditório e que o levantamento, ainda que parcial, atingiu a totalidade do fundo de reserva. Pretensão à reforma. Desacolhimento. Seguro Garantia que pode ser aceito em garantia da execução fiscal (art. 9º, II, da Lei n. 6.830/1980, na redação da Lei ordinária n. 13.043/2014), devendo, contudo, para a sua necessária liquidez, possuir cláusula de validade indeterminada ou, ao menos, até eventual extinção da execução fiscal por ele garantida. Caso concreto no qual ficou demonstrado que o Município descumpriu a exigência de manutenção de valores suficientes no fundo de reserva, tudo a demonstrar a razoabilidade de a execução ser garantida por seguro e não por depósito judicial, sobretudo quando leis de caráter nacional (LC 151/2015) e até mesmo Emenda à Constituição Federal (art. 101, § 2º, I e II do ADCT) passam a colocar em risco a integridade dos depósitos judiciais. Recurso ao qual se nega provimento, com a determinação de aditamento do seguro garantia antes de qualquer novo levantamento, de forma a se garantir efetivamente o juízo e a se permitir a análise da matéria de fundo (competência do Município de

Americana para exigir ISS sobre operações de arrendamento mercantil da Santander Leasing) nos autos dos embargos à execução já opostos.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 535 do CPC/73.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 371, 373, I, e 1.022, I, II e III, do CPC/2015; e 9º da LEF. Sustenta, além da negativa de prestação jurisdicional, que deve ser desconsiderada a determinação de aditamento do seguro ofertado, pois a *"apólice deve ter estabelecido um termo para início e término de sua vigência, não existindo a possibilidade de sua emissão com prazo indeterminado de duração, destacando a existência de cláusulas específicas para renovação compulsória da garantia, segundo apresentado nos tópicos anteriores."* (fl. 258).

Às fls. 819/824, **Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil** atravessou petição noticiando a perda do objeto do presente recurso, ao argumento de que, *"na origem, transitou em julgado a decisão que julgou os Embargos à Execução nº 0005885-21.2012.8.26.0019 procedentes, em razão da ilegitimidade do Município de Americana para cobrança do crédito discutido."* (fl. 1214).

É O RELATÓRIO.

Considerando que a parte recorrente expressamente afirmou ter-se dado *"a perda de objeto deste agravo em recurso especial"* (fl. 820), é de se reconhecer que houve, em verdade, pleito pela desistência do agravo em recurso especial.

Assim, homologo, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, o pedido de desistência do presente recurso formulado às fls. 819/824, nos termos dos arts. 998 do Novo CPC/2015 e 34, IX, do RISTJ.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator